

## O *ETHOS* NA ARGUMENTAÇÃO

Elisa Guimarães <sup>1</sup>

**RESUMO:** A proposta fundamental deste estudo é explorar, de uma perspectiva lingüística, que é a da análise do discurso, a maneira como se coloca a questão do *ethos* oratório como componente da eficácia na persuasão. Articulando o campo lingüístico da análise do discurso com o âmbito da retórica e da teoria da argumentação, explora-se a diversificação do *ethos* em razão dos tipos e gêneros de discursos. Para isso, analisam-se excertos de dois tipos de discurso – didático e político – evidenciando laços de maior ou menor comprometimento mantidos por esses tipos de discurso com a função do *ethos*, ou seja, com os traços que visam a engendrar no público uma disposição em relação ao orador. Conclui-se em torno da idéia de que a credibilidade do orador, o seu poder de persuasão seja “o efeito de seus *ethos* manifestado no discurso” (Aristóteles)

**PALAVRAS-CHAVE:** *ethos*; discurso; retórica; argumentação.

**RÉSUMÉ:** Cette étude a pour but, dans une perspective linguistique, qui est celle de l’analyse du discours, examiner la position de l’*ethos* oratoire dans le domaine de l’argumentation. Tout en articulant le champ linguistique de l’analyse du discours avec celui de la rhétorique, on étudie la diversité de l’*ethos* par rapport aux types et aux genres de discours. Deux types de discours sont analysés – le discours didactique et le discours politique. L’analyse met en relief les traits de l’*ethos* dans la fonction d’argument, tout en permettant conclure sur la crédibilité de l’orateur – effet de son *ethos* manifesté dans le discours.

**MOTS-CLÉ:** *ethos*; discours; rhétorique; argumentation.

As considerações aqui apresentadas alicerçam-se no arcabouço teórico presente nos seguintes autores e obras: Aristóteles, na *Retórica*; Chaim Perelman e Olbrechts-Tyteca, no *Tratado de Argumentação*; Dominique Maingueneau, em *Genèses du Discours*; Oswald Ducrot, em *Le dire et le dit*.

Nessas reflexões, fugindo ao perigo de uma possível dispersão, terão como pauta os seguintes itens:

---

<sup>1</sup> Universidade de São Paulo e Universidade Presbiteriana Mackenzie

- 1) definição e desdobramento do *ethos*;
- 2) o *ethos* na concepção de Aristóteles e de seu séquito;
- 3) *ethos*: uma construção puramente linguageira ou uma posição institucional?;
- 4) o *ethos* visto como componente da eficácia da persuasão, no discurso didático e no discurso político.

Iniciemos, então, apresentando a definição e os desdobramentos do *ethos*.

Parte integrante do discurso, o *ethos* propõe-se como condição mesma da menor ou maior eficácia dos efeitos decorrentes do pronunciamento discursivo. Firma-se bem como um dos recursos mais poderosos para a obtenção da adesão do ouvinte.

Lembra-nos Ducrot (1984, p. 201), quando define: “o *ethos* está ligado ao locutor como tal; é como origem da enunciação que ele se vê investido de certos caracteres que, em contrapartida, tornam essa enunciação aceitável ou recusável.”

Demonstrativo da autoridade de que goza o locutor, é sob a força da competência que o *ethos* se faz canal da sintonização entre orador e ouvinte.

Dessa sintonização decorre a constituição do discurso visto sob duas perspectivas, ou seja, uma perspectiva interacional – garantia da eficácia do discurso como resultante de uma troca entre os participantes.

Salienta-se ainda outra perspectiva – esta harmonizada como instituição representada pelo orador.

Não se pode divorciar a figura do falante dos liames institucionais aos quais ele está ligado. Não se distancia o sujeito do discurso do seu campo de atuação profissional. Assim, não se pode conceber o espírito dos discursos didático e político, por exemplo, fora das propostas das instituições por eles representadas.

A posição institucional do orador marca sua vinculação com o saber, com uma dada filosofia – vinculação que se ajusta também à maneira como o orador passa a se comunicar com seu auditório.

Assim, tanto na perspectiva interacional quanto na perspectiva institucional, manifesta-se o *ethos* que, segundo Maingueneau, traduz ainda no tom, e se apóia em uma “dupla figura do enunciador – aquele de um caráter e de uma corporalidade” (1984, p. 100).

É da concepção pragmática o princípio que confere ao peso do discurso, a sua completude, a poderosa influência dos gestos, da maneira de olhar, do tom da voz. São recursos não-discursivos que, no entanto, propõem-se como canais eficazes do perfil do orador, da captação de traços definidores de seus *ethos*.

Lembra, pois, a Pragmática que esses recursos são marcas significativas da atividade discursiva.

Do exposto até aqui, faz-se plausível aliar a noção de *ethos* à noção de “apresentação de si”, emprestada de Goffman a expressão, em La Mise en scène de la vie quotidienne (1973).

Passemos à segunda parte do item 1, ou seja, aos desdobramentos do *ethos*.

Lembremos o fato desse desdobramento, primeiro no registro do “mostrado” e, eventualmente, do “dito”.

Maingueneau insiste no princípio de que o *ethos* não é dito explicitamente, mas mostrado.

Diz o autor:

O que o autor pretende ser, ele o dá a entender e mostra; não diz que é simples ou honesto, mostra-o por sua maneira de se exprimir. O *ethos* está, dessa maneira, vinculado ao exercício da palavra, ao papel que corresponde a seu discurso, e não ao indivíduo “real” (apreendido) independentemente de seu desempenho oratório: é, portanto, sujeito da enunciação (1993: 138).

No processo de desdobramento do *ethos*, salienta-se a importância do papel dos estereótipos – modelos pré-construídos que imprimem à figura do orador um pré-conhecimento que permite ao ouvinte o traçado de uma impressão antecipada do *ethos* a ser manifestado na atividade oratória. Trata-se de um esquema coletivo cristalizado, forjador de imagens pré-concebidas que condicionam a postura do ouvinte/leitor em relação aos possíveis efeitos do discurso. É o que ocorre, por exemplo, nos discursos didáticos, cujo auditório dispõe previamente de dados que lhe permitem alimentar impressões prévias a respeito da figura do professor.

É momento de lembrar ainda o fator da diversificação do *ethos* em razão dos tipos e dos gêneros de discursos aos quais se ajusta. Assim, por exemplo, o discurso publicitário atribui a priori um papel maior ao *ethos* do que o discurso filosófico.

O segundo item dos princípios que pautam estas considerações diz respeito ao *ethos* segundo a concepção de Aristóteles e a dos autores que nele se inspiram.

No capítulo 8 da Retórica, Aristóteles explora a questão das diferentes formas de governo ligadas às finalidades a que se destina cada uma. Empresta, por exemplo, à democracia o traço de caráter da liberdade; à oligarquia o da riqueza, bem como a educação e as leis à aristocracia.

São as finalidades de cada forma de governo que determinam o caráter que lhes é apropriado, ou o “*ethos*” do administrador.

A imagem desse dirigente desenha-se na mente do auditório, muitas vezes inconscientemente, por força da maneira como é interpretado o discurso e analisada a postura do orador.

Desse fato decorre a conveniência da sintonização entre o orador e o auditório – o orador empenhado em transmitir uma imagem positiva, digna de confiança, de apreço.

Perelman, em seu Tratado de Argumentação (1977), salienta a importância dessa sintonização, confere particular estatuto ao auditório a cuja reação fica condicionado o menor ou maior sucesso do discurso.

Sob a denominação do *ethos* oratório, Aristóteles explora cada um dos três componentes de eficácia na argumentação, ou seja, o *logos*, o *ethos* e o *pathos* – fatores que tanto afetam a razão quanto a sensibilidade, as paixões.

É do saber aristotélico a definição do *ethos* como “imagem de si” construída no discurso. Para ele, a ponderação, a simplicidade, a sinceridade são predicados capazes de tecer a confiança no exercício oratório.

Os romanos, entre Cícero e Quintiliano, vêem o *ethos* como um dado preexistente que se apóia na autoridade individual e institucional do orador.

Maingueneau insiste no princípio de que o *ethos* do orador vincula-se com a cena da enunciação – o que lhe facilita uma escolha mais livre de sua cenografia.

No discurso político, por exemplo, o candidato de um partido pode apresentar-se como homem honesto, dinâmico, experiente, conhecedor das necessidades da região – donde se pode deduzir a dimensão tanto moral quanto estratégica do *ethos*.

Como já foi comentado, independentemente das inferências que possam ser fruto do discurso, ou seja, do *ethos* discursivo, que está ligado ao ato de enunciação, há possibilidade de representações prévias do *ethos* do enunciador, construídas pelo auditório.

Ocorre até mesmo que o simples fato de que a peça oratória se enquadra num determinado gênero de discurso – o que implica uma cosmovisão – acarreta expectativas, julgamentos prévios a respeito do *ethos*.

O lugar que engendra o *ethos* é, por conseguinte, o discurso; o *logos* do discurso condiciona-se aos tipos de escolhas feitas pelo orador.

De fato, no dizer de Aristóteles, “toda forma de expressão resulta de uma escolha entre várias possibilidades lingüísticas e estilísticas. O verdadeiro “corpo de persuasão” são os argumentos” (Retórica).

Conforme anunciado, o terceiro item de nossa exposição visa a responder à pergunta: É o *ethos* uma construção puramente languageira ou uma posição institucional?

Lembremos, numa primeira consideração, as ponderações de Maingueneau (1993, p. 138) o *ethos* – segundo o autor – não é dito explicitamente, mas mostrado, ou seja, manifesta-se na maneira como o orador faz uso da palavra, dando a entender, suscitando inferências, convidando o ouvinte a um exercício de deduções, a uma análise interpretativa dos dados decorrentes da maneira como a palavra está sendo empregada.

Sabe-se que a eficácia da palavra não resulta nem puramente exterior – institucional – nem puramente interna – languageira – donde a impossibilidade da dissociação do *ethos* discursivo, seja no que se relaciona com a posição institucional do locutor, seja no que diz respeito à interação social.

Segundo Bourdieu (1982), “a especificidade do discurso da autoridade reside no fato de que essa compreensão não é suficiente e de que a efetivação de seu efeito depende de ele ser reconhecido como tal. Esse reconhecimento – acompanhado ou não de compreensão – só acontece sob certas condições – as que definem o uso legítimo”. (1982, p. 107).

Tem-se em conta o fato de haver uma série de mediações na passagem do sujeito falante como “ser no mundo” para o locutor como instância do discurso.

Ao trabalhar com estereótipos, isto é, com esquemas coletivos, como vimos, assim como com representações sociais, o *ethos* se torna sócio-histórico – fato do qual se pode deduzir da sua constituição uma sintonia harmoniosa entre uma construção linguageira e uma posição institucional.

O quarto e último item de nossas reflexões propõe-se a explorar o *ethos* enquanto componente da eficácia da persuasão.

As idéias ventiladas até aqui – voltadas para os eixos definição e desdobramentos do *ethos*, concepção constitutiva do *ethos* – oferecem – creio – subsídios para a pertinência de encará-lo como valioso instrumental de natureza argumentativa.

Aristóteles, na Retórica, concebe o *ethos* representado em atitudes e virtudes, tais como a benevolência, a eqüidade, bem como em maneira de ser, em hábitos costumeiros.

Da associação dessas duas ordens de fatores resultam os efeitos positivos da atividade argumentativa.

Assim diz Aristóteles: “Persuade-se pelo caráter, pelo *ethos*, quando o discurso é de tal natureza que torna o orador digno de fé, porque as pessoas honestas nos inspiram uma confiança maior. (Ret. II, p. 135b)”

A eficácia do discurso é, pois, tributária da autoridade de que goza o locutor, ou seja, da idéia que seus alocutários fazem de sua pessoa.

Tenhamos em mente a maneira como se manifestam os discursos de natureza didática e de natureza política, com vistas à projeção do *ethos* como componente do convencimento, da persuasão.

Quanto ao discurso pedagógico/didático, torna-se relevante um exame de textos que apontam, nesse tipo de discurso, marcas forjadoras do *ethos* do professor – marcas que se vêm tornando, ao longo do tempo, estereótipos já consensualmente aceitos pela sociedade, criando um *ethos* cultural bastante significativo.

Circulam na sociedade textos e discursos que permitem perceber os caminhos constitutivos do *ethos* cultural do professor. Esses documentos contêm características identitárias próprias da atividade docente, articulando com o saber o fazer do professor.

Preceitos consolidados na prática pedagógica solidificam o *ethos* do professor.

Lembre-se de que o professor atua em sala de aula, por conseguinte, diante de um auditório – donde se pode inferir uma situação perene de testagem da sua competência retórica. Dessa competência depende o menor ou maior sucesso do professor em relação a seu objetivo fundamental, ou seja, persuadir o seu auditório, visto ser a argumentatividade inerente ao discurso.

Alcançar esse objetivo é parte da luta pelo processo não só de instrução, mas de formação do aluno.

Sabe-se que a sociedade em geral espera do mestre um tipo especial de comportamento, dele traçando um *ethos* de caráter exemplar, emprestando-lhe a autoridade capaz de convencer ou persuadir.

Constata-se o imaginário popular situando a figura que do professor no domínio do heroísmo, até mesmo da santidade ao lhe conferir foros de missionários junto à escola.

Para exemplificar esses princípios, leiam-se os seguintes textos:

“Educador, ao contrário, não é profissão; é vocação. E toda vocação nasce de um grande amor, de uma grande esperança. Profissões e vocações são como plantas. Vicejam e florescem em nichos ecológicos, naquele conjunto precário de situações que as tornam possíveis e – quem sabe? – necessárias. Destruído esse habitat, a vida vai se encolhendo, murchando, fica triste, mirra, entra para o fundo da terra, até sumir. (ALVES, Rubem, 2002). Conversas com quem gosta de ensinar. Campinas: Papirus, p. 27).”

“Um professor passou pela minha vida de maneira diferente: Alexeu, meu professor de física. Da classe dele eu não corria. Ninguém conseguia dar uma aula mais alegre, mais forte e mais clara do que a dele. Ele tinha uma forma prática de ensinar. (...) Graças ao contato que tive com ele, já no final da minha vida escolar, eu saberei orientar os meus dois filhos. Se todos os professores fossem iguais a ele, eu não teria passado em branco pela escola. Certamente eu teria *sido, sem vergonha nenhuma, um bomaluno*. (MARQUES, B. (1994). “A lição que só foi entendida depois que a aula acabou”. In: *Nova Escola*. São Paulo: Editora Abril, agosto.)”

“É emocionante analisarmos o contexto socioeducacional e percebermos a grande importância do educador na formação e reconstrução da sociedade. Ele tem em suas mãos a oportunidade de mudar, criar, disciplinar e reconstruir a vida de um ser humano. (SOARES, A. R. (2004). Educador. Ser ou não ser? Disponível em: [http://gabpsicopedagogia.com/artigo\\_alessandro](http://gabpsicopedagogia.com/artigo_alessandro).”

Consolida-se a idéia de paixão na constituição do *ethos* cultural do professor – este consubstanciado no processo de trocas comunicativas, ao mesmo tempo que na construção das respectivas identidades, professor/aluno.

Assim, paralelamente ao logos – base da tríade retórica – salienta-se um jogo de reciprocidade, *ethos* e *pathos* – sintonia da qual decorre o *ethos* coletivo do educador.

Quanto ao discurso político – o outro tipo selecionado para ilustrar os princípios norteadores destas reflexões -, intenta-se mostrá-lo como um ato de fala pragmático, interativo, movido pelo afã do poder. Um discurso que aproveita, portanto, ao máximo a força da linguagem e as circunstâncias que se dão no ato da fala, tanto as lingüísticas quanto as paralingüísticas e as extralingüísticas.

No processo de construção do discurso político, um dos modos de constituição do circuito comunicativo corresponde à construção, por um lado, de sua imagem pessoal e institucional como governante e, portanto, de sua imagem como “enunciador coletivo”.

É dentro desse modo de constituição, que Landowski (1985) encara o sujeito revestido de duas vidas distintas – uma individual, outra coletiva; uma privada, outra pública.

Nesse sentido, pondera o autor, “todo sujeito exerce papéis que exigem lugares de exposição e esforços de retiro, momentos de aparição ou apagamento perante uma testemunha exterior – o público”.

O autor toma como referência os discursos sociais, entre os quais ele distingue, na classe do discurso individual, privado, o diário íntimo – da interioridade do “eu” – e o discurso individual público – do “eu” socializado.

No discurso que ele classifica como coletivo, distinguem-se, no nível privado, o da intimidade do “nós”; no nível público, o “nós” objeto – a imagem institucional.

Pode-se deduzir do pensamento de Landowski que se subentende no discurso de natureza coletiva a presença do outro ou de outros – sujeitos então revestidos de uma espécie de máscara social.

Enforma-se, pois, a forma lingüística “nós” como a soma de eu + nós.

Exemplos extraídos de um discurso político – como passaremos a demonstrar – patenteiam a diversidade de valores e funções do “nós” enquanto desmembrado em “eu” + “outros” ou “eu” + “tu” + “ele”.

Os exemplos forma extraídos de um discurso de José Serra, no lançamento de sua pré-candidatura à Presidência. Discurso publicado na íntegra pelo Jornal Folha de São Paulo – 18/01/2002.

1. o tema de nosso governo será: nada contra a estabilidade, tudo contra a desigualdade. Tudo a favor do progresso para todos.
2. (...) quando saneamos as finanças e recolocamos o Estado no rumo do desenvolvimento econômico e social.
3. Não hesitaremos em buscar o diálogo com outros partidos.
4. Podemos dizer que foram muitos os brasileiros que tiveram a esperança de acabar com a inflação.

Nos três primeiros exemplos, o “nós” é mais restrito, correspondente a uma 1ª pessoa do singular ampliada.

No quarto exemplo, o verbo dicendi – dizer – referencia uma fusão entre locutor e enunciador, ou seja, o pronome “nós” representa-se na atividade de enunciar – distinção emprestada de Ducrot (1987).

As passagens a seguir ressaltam a intenção do sujeito-enunciador de atribuir a “nós” o sentido de uma coletividade. Assim:

1. Agora, temos de ir mais longe, temos de avançar.
2. Este sonho está ao nosso alcance, já vencemos várias batalhas.

Tem-se nesses exemplos, nos quais se nota o uso do possessivo nosso, um sujeito universal – o que aponta a forma “nós” num grau mais alto da escala, ou seja, o “nós” em dimensões mais amplas, abarcando, por isso, muitos outros interlocutores.

É curioso observar a variação do emprego da forma “eu” completada por nós, num mesmo segmento, como se o autor se propusesse a uma inserção em todo um grupo com quem mantém comunhão de idéias e de ideais. Veja-se a seguinte passagem:

“É a este povo que vou pedir o voto e o apoio, para fazermos desta grande nação uma terra de todos.”

O político, candidato à presidência da República, se assume enquanto sujeito e tenta mostrar ao seu interlocutor – leitor a capacidade de convencimento e persuasão num discurso racionalmente aceitável. Expressão de capacidade na qual também se inclui a forma como o político se anuncia enquanto sujeito: “eu” / “nós” / “3ª pessoa”.

Conhece-se o peso da intenção de impressionar e comover o interlocutor, pela exploração do *ethos*, no tecido próprio do discurso político, tendente, por natureza, à valorização desse interlocutor na medida de sua participação como sujeito-eleitor. Interpõe-se, então, a forma lingüística “ele” integrada ao “nós” – deslocado o sujeito para o âmbito social, como quer Bakhtin.

## Referências

- ALVES, R. *Conversas com quem gosta de ensinar*. Campinas: Papyrus, 2002.
- ARISTOTE. *Rhétorique I–III*. Ed. E trad. de M.Dufour, Paris: Les Belles Lettres.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BOURDIEU, P. *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard, 1982.
- DUCROT, O. *Le dire et le dit*. Paris : Minuit, 1984
- GOFFMAN, L. *La mise en scène de la vie quotidienne*. Paris : Minuit, 1983.
- LANDOWSKI, E. *Ele, nós e eu: regimes de visibilidade*. (trad. port.) Revista de Comunicação e Linguagem, n.2, p.145-150.
- MAINGUENEAU, D. *Genèses du discours*. Liège: Mardaga, 1984.

-----*Le contexte de l'oeuvre littéraire*. Paris: Dunod, 1993.

MARQUES, B. *A lição que só foi entendida depois que a aula acabou*. IN: Nova Escola, São Paulo, Editora Abril, 1996.

PERELMAN, C. e OLBRECHTS-TYTECA, L. *Traité de l'argumentation, la nouvelle rhétorique*. Bruxelles:Éditions de l'Université de Bruxelles,1977.

SOARES, A..R. *Educador ; ser ou não ser?* Disponível em [gabpsicopedagogia.com/artigo/alessandro,2004](http://gabpsicopedagogia.com/artigo/alessandro,2004)

